

# PRESS' MEIO AMBIENTE

Nº214 Terça – 21 de fevereiro de 2017 Por Morgane BATTERIA, Maéva STOULS, Christelle MONKAM, Anthony ECHEVERRIA

www.juristes-environnement.com

## DESTAQUE – INFORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO PÚBLICO: CONSULTA PÚBLICA

Uma consulta pública foi aberta até 03 de março de 2017 para que a população possa fazer observações sobre o projeto de decreto que trata das modalidades de aplicação da decisão nº 2016-1060 de 03 de agosto de 2016. Para lembrar, esta decisão entrou em vigor no 1º de janeiro de 2017 e trata da reforma no procedimento destinado a assegurar a informação e a participação do público na elaboração de certas decisões que podem incidir no meio ambiente. Um quadro comparativo foi feito para indicar mais distintamente as futuras evoluções regulamentares. Essa consulta pública é importante porque ela permite se pronunciar sobre um projeto de decreto que precisa o campo de aplicação de um princípio de valor constitucional. Princípio de dá à população a possibilidade de participar do jogo democrático.

## ENERGIA – IMPLEMENTAÇÃO DE 39 TURBINAS NO RHONE

Em 2018, o Rhône deve ser equipado com uma fazenda de 39 turbinas submersas no rio perto da fronteira com a Suíça, em uma área onde a corrente é importante. A turbina de marés é um tipo de impulsor submerso no leito do rio que ligado a uma rotação do alternador produz corrente elétrica. É a Companhia Nacional do Rhône (CNR), segunda produtora francesa de energia que vai colocar em prática essas turbinas. Na origem, esse projeto faz parte do quadro de uma convocação de projetos lançada pela Agência do Meio Ambiente e Gestão de Energia (Ademe) em 2015. A fabricação de máquinas será garantida pela empresa de Construções Mecânicas da Normandia (CMN) a CNR será encarregada da exploração, da manutenção e da engenharia hidroelétrica. Essa instalação poderá produzir em média a consumação de 2.700 habitantes por ano e deve evitar a emissão de 2.000 toneladas de CO2 por ano. Esse projeto foi apresentado no dia 09 de fevereiro de 2017 como “primeiro do mundo” pela CNR com um orçamento de 12 milhões de euros.



## CLIMA E ENERGIA – POLÍTICA ENERGÉTICA DA UNIÃO EUROPEIA PARA 2020

No seu quadro de política energética, a União Europeia elaborou um roteiro para 2020 com a finalidade de reduzir as emissões de gás do efeito estufa nos Estados membros, aumentar parte da energia de fontes renováveis e melhorar a eficácia energética. Num prazo de três anos, o objetivo de 20% fixado para cada uma dessas áreas é plenamente realizável. Em 2015 a parte renovável da consumação energética final foi de 16,4%. Na França foi de 14,4%, o que significa que foi acima do objetivo anual previsto de 13,8% para 2015/2016, mas abaixo do objetivo intermediário de 16% para 2020. O ponto positivo é que o objetivo de diminuir as emissões de gás do efeito estufa foi seguido. A consumação energética final é atualmente 2,2% abaixo do objetivo fixado para 2020. O que é uma boa novidade. A França faz parte dos maus alunos, pois ela não figura entre os Estados que atingiram o objetivo imposto. O grande ponto negro é o setor dos transportes. Parece que o objetivo está longe de ser alcançado, relativamente a todos os Estados, para a eficiência renovável e energia.

## DIESELGATE – O COMPROMISSO DOS DEPUTADOS EUROPEUS PARA A REFORMA DOS PROCEDIMENTOS DE LICENCIAMENTO

A Comissão Europeia propôs uma reforma que visa endurecer e tornar mais realistas os procedimentos de homologação dos veículos na União Europeia. Essa proposta foi considerada em janeiro de 2016 em resposta às revelações sobre a existência de softwares para enganar os testes anti-poluição integrados em alguns motores a diesel da Volkswagen. Em 09 de fevereiro de 2017 ela foi adotada em grande maioria pela comissão de “mercado interno e proteção dos consumidores” do Parlamento. No entanto, ele ainda deve ser validada em sessão plenária nas próximas semanas. Uma vez validada, ela servirá de base de negociação com os Estados membros e a Comissão Europeia. A reforma de procedimentos de homologação tem como objetivo dar à Comissão poderes de supervisão e de sanção no mercado e às autoridades nacionais que praticam os testes. Ademais, com esta revisão legislativa, os Estados membros seriam obrigados a controlar a cada ano 20% dos modelos de carros em circulação no seu país. Nesse sentido, o Conselho dos Consumidores Europeus (BEUC) parabenizou “o posicionamento corajoso” dos deputados europeus. Deve-se notar igualmente que outras marcas como Fiat e Renault também foram acusadas de exceder os limites de gases poluentes.



### Corte de Cassação, 1ª câmara civil, 25 de janeiro de 2017, nº 15-25.256:

Por esse acórdão, o Tribunal de Cassação afirmou que um litígio relativo ao desmantelamento e remoção de turbinas de vento são de competência do juiz administrativo. Neste caso, a empresa de vento, em 2007, colocou em execução dois parques eólicos, cada um composto por cinco aerogeradores com mais de 50 metros de altura. SCI Freka e seus associados peticionaram perante o Tribunal com base na teoria de problemas anormais de vizinhança, para a remoção das instalações disputadas e o pagamento de perdas e danos. Eles invocaram a poluição visual, estética e sonora resultante da sua localização perto do Castelo de Flers, e a depreciação dessa propriedade, do qual ela é proprietária. O Tribunal de Cassação rejeitou o recurso, segundo o qual o Tribunal judicial competente para ouvir pedidos de cessação do incômodo associado com uma máquina desse tipo, que não tem o caráter de uma obra pública. O Tribunal de Cassação afirma que o pedido para a remoção de turbinas envolveu a interferência do Tribunal no exercício da polícia administrativa especial e, portanto, nos termos do artigo 92 do Código de Processo Civil, a incompetência da jurisdição é confirmada.

### Corte de Cassação, 3ª câmara civil, 19 de janeiro de 2017, nº 15-25.230: Os destroços de um avião sob sigilo são considerados dejetos?

Após um acidente, um avião foi selado pelo Estado com a finalidade de uma investigação criminal. Após o retorno da propriedade para seu novo proprietário, uma empresa especializada em avaliação de aeronaves, esta procura obter uma indemnização devido à degradação da aeronave. Ela alega que o estado era obrigado a assegurar a conservação, gestão e desenvolvimento da aeronave, em conformidade com os regulamentos. Para negar provimento ao recurso, o Tribunal de Cassação foi questionado sobre o destino da propriedade para determinar se o Estado era obrigado a cumprir com as obrigações legais, normalmente inerentes à guarda de um dejetos. No entanto, a vedação foi destinada exclusivamente para determinar as causas do acidente. O Estado poderia, portanto, ser considerado como o detentor de resíduos.



Em 09 de fevereiro de 2017, a Assembleia Nacional favorizou a indenização das vítimas dos testes nucleares realizados na Polinésia entre 1966 e 1999, suprimindo, por unanimidade, o conceito de “risco negligenciável”, em vigor até o momento. Essa votação foi qualificada como “histórica” por vários deputados. Após o fim dos testes decidido pelo presidente francês Jacques Chirac em 1996, a lei Morin de 2010 instaurou um dispositivo de indenização. Esse dispositivo foi modificado várias vezes, mas continuava muito restritivo. O conceito de risco negligenciável, que impede a maior parte dos pedidos de indenização das vítimas dos testes nucleares, foi suprimido da lei. Em 2016, o atual presidente da França, François Hollande, reconheceu o impacto sobre o meio ambiente e a saúde de 50 anos de testes e fez uma série de compromissos para o melhoramento do processo de indenização. Essa votação não foi fácil. Em janeiro, durante a análise do projeto de lei sobre "igualdade real no exterior", o governo foi favorável a um menor limiar de risco simples considerado para a indenização. Em 09 de fevereiro, o governo finalmente concordou com a adoção desta medida após discussões durante uma pausa na reunião de mais de uma hora. Uma comissão foi formada para garantir que a indenização será concedida às pessoas em causa.



De acordo com os dados publicados em 09 de fevereiro pelo setor industrial, a capacidade de energia eólica instalada na Europa ultrapassou as usinas de carvão no ano passado. “Com uma capacidade total de 153,7 GW (gigawatts), a energia eólica ultrapassou o carvão e se transformou no segundo maior parque de capacidade de produção elétrica na Europa”, escreveu o WindEurope na sua revisão anual do setor. No ano passado, 12,5 GW de capacitores eólicos foram instalados, que constitui uma baixa de 3% ao ano, mas eles foram responsáveis por mais de metade de toda a nova capacidade de geração de energia em 2016 de todas as fontes de energia (51%). Mais precisamente, 10,9GW foram instalados sobre a terra e 1,56GW no mar. O parque eólico, todavia, continua atrás das usinas a gás em termo de capacidade presente no continente. Apesar deste lugar especial, a energia eólica representou apenas 10,4% do consumo europeu de eletricidade, devido a uma menor produção de energia convencional. Cinco países da União Europeia bateram seus recordes de novas instalações: a França (1,6 GW), Holanda (887MW), Finlândia (570 MW), Irlanda (384MW) e a Lituânia (178MW).



O candidato presidencial finalmente revelou seu projeto de política ambiental. Ele não se diz favorável à diminuição progressiva, ele evoca o “aumento seletivo” com investimentos maiores na ecologia. A agricultura será seu cavalo de guerra com um investimento de 5 milhões de euros em 5 anos para modernizar as produções e favorizar uma produção de qualidade. Macron disse também que deseja alocar empréstimos às famílias para financiar reformas, incluindo “filtros térmicos”. Ele deseja simplificar o crédito fiscal sobre a transação energética e substituir por subvenções diretas para os pontos mais precários. Em termos de política energética, são planejados o fechamento de todas as usinas de carvão dentro de 05 anos e a proibição de novas autorizações de pesquisa e exploração de hidrocarbonetos. Ele anuncia também uma compensação de perdas fiscais para a Guiana. Se ele tem a intenção de reter uma parte da lei sobre a transição de energia, ele é mais moderado sobre a redução da energia nuclear. Em resposta à política climática cética do governo de Trump, o ex-ministro pediu aos investigadores americanos que trabalham em questões climáticas e ambientais para se juntar à França, mediante um estatuto especial. O resto do programa do candidato é anunciado para o início de março.